

Situação: O preprint não foi submetido para publicação

# MICHEL FOUCAULT, A EDUCAÇÃO E O NEOLIBERALISMO

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler, Rafael Araldi Vaz, Patrícia Tatiana Raasch, Lara Nadine Kanitz Packer, Miguel Alois Pitz e Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2433>

Submetido em: 2021-06-02

Postado em: 2021-06-10 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## MICHEL FOUCAULT, A EDUCAÇÃO E O NEOLIBERALISMO<sup>1</sup>

RODRIGO DIAZ DE VIVAR Y SOLER<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7286-3129>

RAFAEL ARALDI VAZ<sup>3</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1617-4761>

PATRICIA TATIANA RAASCH<sup>4</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6290-8351>

LARA NADINE KANITZ PACKER<sup>5</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8780-5677>

MIGUEL ALOIS PITZ E SILVA<sup>6</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8202-7351>

### MICHEL FOUCAULT, THE EDUCATION AND THE NEOLIBERALISM

**ABSTRACT:** This paper seeks to think about the bases of a possible criticism undertaken by Michel Foucault around neoliberalism and its relationship with education. Based on a bibliographic survey that covers the works developed by Foucault from a political history of governmentality, we will try to demonstrate how neoliberalism, in Foucault's eyes, should be understood as a way of life and as a government practice responsible for the production of modes of subjectivation identified with self-entrepreneurship as the aesthetics of neoliberal existence. At first, we go through the contours of Foucault's thinking around a genealogy of the arts of government and of the processes of subjectification. The second moment is dedicated to trying to understand the effects by which neoliberalism is constituted as an ethos responsible for producing an experience of a capitalized and financialized education. Finally, our final considerations are dedicated to the elaboration of a critique around the neoliberal governmentality regime based on the contributions made by Michel Foucault.

**Keywords:** Michel Foucault. Neoliberalism. Education.

**RESUMO:** Este artigo procura pensar as bases de uma possível crítica empreendida por Michel Foucault em torno do neoliberalismo e a sua relação com a educação. A partir de um levantamento bibliográfico que percorre os trabalhos desenvolvidos por Foucault a partir de

---

<sup>1</sup> Esse artigo é resultado de uma pesquisa financiada com recursos provenientes do UNIEDU, por meio de edital interno a FURB com vigência entre 11/2020 a 06/2021.

<sup>2</sup> Professor Permanente do Mestrado em Educação da FURB. Blumenau (SC), Brasil. E-mail: [rsoler@furb.br](mailto:rsoler@furb.br)

<sup>3</sup> Doutor em História pela UFSC. Professor da Rede Pública de Educação do Estado de Santa Catarina. E-mail: [araldivaz@yahoo.com.br](mailto:araldivaz@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> Graduada em História pela UDESC. Mestranda em Educação pela FURB. E-mail: [profpatriciaraasch@gmail.com](mailto:profpatriciaraasch@gmail.com)

<sup>5</sup> Graduanda em Medicina pela FURB. Blumenau (SC), Brasil. E-mail: [lnkpacker@furb.br](mailto:lnkpacker@furb.br)

<sup>6</sup> Graduando em Psicologia pela FURB. Blumenau (SC), Brasil. E-mail: [miguel@furb.br](mailto:miguel@furb.br)

uma história política da governamentalidade procuraremos demonstrar como, o neoliberalismo, aos olhos de Foucault deve ser compreendido como um modo de vida e como uma prática de governo responsável pela produção de modos de subjetivação identificados com o empresariamento de si mesmo como estética da existência neoliberal. Em um primeiro momento, nós percorreremos os contornos do pensamento foucaultiano em torno de uma genealogia das artes de governo e dos processos de subjetivação. O segundo momento é dedicado a procurar compreender os efeitos pelos quais o neoliberalismo constitui-se como um ethos responsável por produzir uma experiência de uma educação capitalizada e financeirizada. Finalmente, nossas considerações finais são dedicadas a elaboração de uma crítica em torno do regime de governamentalidade neoliberal a partir das contribuições elaboradas por Michel Foucault.

**Palavras-chave:** Michel Foucault. Neoliberalismo. Educação.

### **MICHEL FOUCAULT, LA EDUCACIÓN Y EL NEOLIBERALISMO**

**RESUMEN:** Nuestro artículo busca reflexionar sobre las bases de una posible crítica realizada por Michel Foucault en torno al neoliberalismo y su relación con la educación. A partir de un relevamiento bibliográfico que abarca los trabajos desarrollados por Foucault a partir de una historia política de la gubernamentalidad, intentaremos demostrar cómo el neoliberalismo, a los ojos de Foucault, debe entenderse como una forma de vida y como una práctica gubernamental responsable de la producción de modos de subjetivación identificada con el autoemprendimiento como estética de la existencia neoliberal. En primer lugar, recorreremos los contornos del pensamiento de Foucault en torno a una genealogía de las artes de gobierno y de los procesos de subjetivación. El segundo momento está dedicado a tratar de comprender los efectos por los cuales el neoliberalismo se constituye como un ethos responsable de producir una experiencia de educación capitalizada y financiarizada. Finalmente, nuestras consideraciones finales están dedicadas a la elaboración de una crítica en torno al régimen de gubernamentalidad neoliberal a partir de los aportes de Michel Foucault.

**Palabras-clave:** Michel Foucault. Neoliberalismo. Educación.

### **INTRODUÇÃO**

Quais os elementos estratégicos de governamentalização da vida operados pelo neoliberalismo? Essa pergunta é fundamental para que possamos estabelecer uma possível conexão, a partir das contribuições desenvolvidas por Michel Foucault em torno de uma genealogia das práticas de governo na nossa sociedade ocidental.

Nos seus múltiplos projetos possíveis encontramos na trajetória foucaultiana, uma problematização em relação aos modos pelos quais somos constituídos a partir de distintas práticas refletidas de governo. Tais práticas podem ser lidas como movimentos ondulares pelos quais somos assujeitados tanto pelas estratégias de saber, quanto pelas práticas de poder e, ainda pelos modos de subjetivação. Desse modo, saber, poder e subjetivação compõem o triplo efeito pelo qual nos reconhecemos enquanto indivíduos e, é justamente em torno de tal perspectiva que os estudos desenvolvidos por Foucault (2011/2012) sobre a

governamentalidades mostram-se inovadores, ao perceberem o neoliberalismo não somente como uma estratégia econômica, mas como um regime, ou melhor, uma arte de governo. Um aspecto importante dessa arte de governo consiste, segundo Foucault (2012), na reinvenção da estratégia biopolítica de controle sobre a população. Diferentemente dos dispositivos ligados as estratégias da sexualidade, do racismo e da medicina, o neoliberalismo constitui sua condição de aplicabilidade, a partir do que Foucault (2012) chama de historicidade econômica proposta por intelectuais como Friedman e Hayek, por exemplo. Essa historicidade econômica pressupõe que, a realidade de mercado, a livre concorrência e a fobia do Estado, deveriam ser instrumentalizados a partir de um programa longitudinal que deveria perfilar todos os programas e projetos institucionais desde a primeira metade do século XX. Tal indicativo acaba por produzir, nas palavras de Lemos, Galindo e Nascimento (2016) a modulação das condutas referentes a mercantilização dos processos de subjetivação por meio do empresariamento de si mesmo. Corroborando com essa leitura Deleuze acaba por indicar que

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um “interior”, em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional, etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação de novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares (DELEUZE, 1992, p. 220).

Conforme tais palavras sugerem, a questão posta pelo neoliberalismo consiste em pensar os desdobramentos da liberdade de consumo e, ao mesmo tempo, assujeitar o indivíduo aos indicadores de um capitalismo financeirizado cuja proposta é “(...) reformar o Estado e enformar a sociedade” (FOUCAULT, 2012, p. 160).

No contexto da educação, esses elementos passam a se apresentar como um modo de veridicção pelo qual, os saberes e fazeres nesse campo, passam a tensionar os seus efeitos desde a elaboração de estratégias curriculares, passando pela invenção de novas ferramentas metodológicas até o engajamento de educadores, gestores e estudantes aos projetos articulados pela arte neoliberal de governo.

Apresentamos neste artigo, os possíveis elementos da problematização foucaultiana em torno da relação entre o neoliberalismo e a educação a partir de possíveis pistas deixadas em aberto pelo intelectual francês, sobretudo nos seus trabalhos construídos a partir da segunda metade dos anos 70. Em um primeiro momento, nossas considerações recaem sobre os modos pelos quais, podemos rastrear em um projeto chamado de história política da governamentalidade, os elementos de uma genealogia das artes de governo e, suas possíveis ressonâncias em torno dos processos de subjetivação. Já no segundo momento, procuraremos nos deter sobre as correlações entre o ethos da racionalidade neoliberal e a emergência de uma educação capitalizada que, possui como meta, a produção de indivíduos claramente identificados com o vetor do *homo oeconomicus*, isto é, o sujeito de interesses que

maximiza os seus lucros obtendo o menor esforço possível. Por fim, nossas considerações são dedicadas a explicitar, os motivos pelos quais o neoliberalismo apresenta-se como um modo de vida e, como tal, pode ser lido, a partir da crítica foucaultiana no sentido de procurarmos pensar outras estratégias que não sejam tão duramente marcadas por esse estilo de governamentalidade.

## O QUE É UMA ARTE LIBERAL DE GOVERNO?

Uma história política da governamentalidade é, sem sombra de dúvida, uma importante ferramenta de problematização das estratégias de saber, das práticas de poder e dos processos de subjetivação. A emergência de tal ferramenta pode ser encontrada na aula de 08 de fevereiro de 1978, quando Foucault indica que:

Gostaria de começar a percorrer um pouco a dimensão do que eu chamei com esta feia palavra que é “governamentalidade”. Supondo-se portanto que “governar” não seja a mesma coisa que “reinar”, não seja a mesma coisa que “comandar” ou “fazer a lei”; supondo-se que governar não seja a mesma coisa que ser soberano, ser suserano, ser senhor, ser juiz, ser general, ser proprietário, ser mestre-escola, ser professor; supondo-se portanto que haja uma especificidade do que é governar, seria preciso saber agora qual é o tipo de poder que essa noção abarca (FOUCAULT, 2011, p. 155-156).

Tal qual estas palavras sugerem, Foucault (2011) entende que a governamentalidade deve ser compreendida a partir de uma ampla perspectiva responsável por perfilar, desde os aspectos institucionais da soberania até a modulação de condutas os procedimentos de governo, pelas quais nos reconhecemos enquanto sujeitos. Em especial, esse processo de modulação de condutas acaba por nos permitir, visualizar no caleidoscópio foucaultiano as condições de possibilidades para a formação de uma historicidade das práticas de governo. Segundo Albuquerque Junior (2011), este percurso compreende a multiplicidade de práticas refletidas de governamentalização que foram introduzidas na sociedade a partir de quatro movimentos ondulatórios que vão desde a emergência do poder pastoral, passando pelo nascimento da razão de Estado, seguindo pela aparecimento das primeiras formas de liberalismo econômico até a estruturação do neoliberalismo como modo de vida.

Deste modo, o que pretendemos afirmar é que o problema colocado por essa história política da governamentalidade procura levar em conta, em um primeiro momento, as rupturas a partir de distintos procedimentos de controle sobre as maneiras pelas quais “(...) os homens é que são governados” (FOUCAULT, 2011, p. 164). Entretanto, em um segundo momento este projeto desdobra-se perante um papel político de problematização do nosso próprio tempo presente. Em *Omnes et Singulatim* Foucault (2015) alerta-nos que um dos papéis da prática intelectual compreende a crítica contra não somente as estruturas ideológicas ou as práticas repressivas, mas também em torno dos elementos de governamentalização da existência. O próprio Foucault (2015) reconhece, neste ensaio, que o papel dessa atitude crítica de vigilância, consiste em proceder a análise das diferentes tecnologias pelas quais, o exercício dessa governamentalização é responsável pela produção, tanto dos jogos de

objetivação, quanto pelos jogos de subjetivação. Ou seja, para Foucault (2015) não basta somente afirmarmos que, a capilaridade das práticas de poder e os regimes de discursividades fundamentam o controle sobre os sujeitos. É preciso destacar que, correlativo a este processo existe a governamentalização das condutas, responsável por indicar os modos em que reconhecemo-nos enquanto indivíduos a partir das práticas refletidas de governo.

Da mesma maneira Senellart (1995), argumenta que esse duplo procedimento promovido por Foucault compreende a crítica necessária as práticas refletidas de governo a partir das emergências e proveniências deste mosaico pelo qual circulam tais regimes de governamentalidades, pois

A partir daí, a grande questão que orientou sua pesquisa foi saber como pôde se dar o fenômeno da gestão dos problemas da população no contexto do liberalismo, o qual “se ocupa em respeitar os sujeitos de direito e a liberdade de iniciativa dos indivíduos”. Se a governamentalidade neoliberal não pode ser exercida senão sob o peso da desconfiança de que se “governa demasiado”, ela se constitui enquanto técnica de racionalização do exercício do poder sobre a população tendo como fim não a sua própria maximização, mas a exigência de governar a partir da sociedade e para a sociedade (DUARTE, 2013, p. 53).

No contexto de uma governamentalização liberal, a nossa sociedade, desde a Modernidade segundo Foucault (2012) opera em torno de uma dupla racionalidade: a primeira situada nos relevos de uma razão de estado totalizante – no que corresponde aos seus aparelhos institucionais – e, uma segunda forma de governo inscrita nos horizontes da individualidade e que é responsável por fundamentar as bases do enunciado de que sempre *governa-se demais*. Em linhas gerais, o liberalismo não é, para Foucault (2012) somente uma doutrina econômica, nem tampouco uma prática jurídica, mas a curvatura ética de uma arte de governo que se encaixa, por um lado, na *res pública*, e por outro, nos relevos dos modos de subjetivação.

Tal questão recai sobre os impactos que da noção de governamentalidade liberal sobre a subjetivação. Nesse sentido, é necessário, de acordo com Senellart (1995) perguntarmo-nos sobre as formas de governamentalização às quais somos vinculados desde o aparecimento do liberalismo e a sua composição maquínica de uma subjetividade que odeia o Estado, mas que é servil aos ordenamentos do mercado, uma subjetividade que é conservadora nos costumes, mas liberal na economia, uma subjetividade, que acima de tudo destaca-se pela propagação do discurso da servidão voluntária dos indicadores do sistema financeiro.

Podemos portanto, compreender nas bases da governamentalidade liberal o indicativo de um gerenciamento da vida correlativo a processos gerenciais responsáveis por tornar o indivíduo alguém passível de ser governado, a partir de tecnologias que se desdobram na formação do que podemos chamar de uma ontologia da governamentalização liberal. Tal ontologia pode ser compreendida a partir da constatação foucaultiana de que, com o liberalismo, emerge a experiência singular de uma subjetivação que se assujeita a ornamentos econômicos favoráveis às regras do mercado, isto é, o liberalismo fala de um sujeito que deve buscar em si mesmo a própria segurança e, conseqüentemente a sua própria

salvação. Para Carvalho (2011), o liberalismo substitui o *Leviatã bobbesiano* pela individualidade obscura da *mão invisível*. Por conta destes aspectos é que Senellart problematiza que

Como governar, contudo, se se governa demais? Tal é, para Foucault, a questão que faz do liberalismo uma prática de governo original, ligada, em seu funcionamento, à crítica permanente de si mesma. É por esta razão que ele vê nela “uma formação de reflexão crítica sobre a prática governamental” (Foucault, 1990, p. 116). Crítica não somente das práticas despóticas do Estado absoluto, mas da própria racionalidade de governo, como princípio que estrutura a sociedade (SENELLART, 1995, p. 08)

É nesse cenário que podemos encontrar a formação de uma espécie de *burilamento da subjetivação liberal*, a partir de uma contínua e crescente defesa das liberdades individuais, contra toda forma de controle que não obedeça as dinâmicas das leis naturais da economia e também dos interesses da maximização dos lucros obtidos com o mínimo esforço possível. O ponto mais interessante desse processo de burilamento compreende as bases de uma arte de governo que preocupa-se muito mais em orientar o ordenamento das condutas, consideradas suscetíveis ao mercado econômico, do que propriamente estabelecer as diretrizes de um programa de seguridade. Isto é, com a arte liberal de governo emerge a tese de que uma experiência de racionalização liberal passa a operar os seus procedimentos em toda a sociedade a partir do enunciado de que nunca deve-se governar demais. Estamos diante de um tecnologia que, segundo Foucault (2012) compreende o gerenciamento estratégico das práticas capilares, responsáveis não somente pelo controle, mas pela governança sistemática dos próprios modos de subjetivação. Eis, a originalidade da arte liberal de governo: apresentar-se como uma tecnologia que, fundamenta as bases de um sujeito que governa a si mesmo a partir da incorporação nos seus modos de agir, nas suas condutas dos elementos ligados à verdade do mercado econômico e da própria biopolítica

Dirigindo-se a uma população, o Estado biopolítico governa pessoas, não como súditos submetidos a um poder central, mas indivíduos que participam de modo ativo da produção da vida coletiva. O Estado governamentalizado biopolítico europeu consolida-se, pois, como o Estado democrático moderno, resultado de um processo de construção histórica que envolve diferentes tecnologias de poder (GALLO, 2017, p. 86).

Neste sentido, podemos articular as reflexões promovidas por Michel Foucault entre à arte liberal de governo, os modos de subjetivação e às formas de vida que, passam a se manifestar pelas orientações econômicas. Agora, a pergunta que permanece é: quais os efeitos dessa racionalidade liberal, dessa governamentalização e gerenciamento econômico no campo da educação, a partir das investigações, ou melhor, a partir das pistas deixadas por Foucault nos seu projeto de uma história política da governamentalidade?

A formulação de tal questionamento é imprescindível para percebermos uma outra possibilidade de vislumbrarmos os efeitos da arte liberal de governo sobre à educação a partir de três perspectivas fundamentais nesse debate. A primeira, compreende a possibilidade de percebermos à Escola não somente como uma instituição disciplinar, ou ainda, como um ambiente no qual se propagam as mais variadas ideologias, mas sim como

máquina de governamentalização. A segunda perspectiva reflete a possibilidade de percebermos a instituição escolar, como um efeito dos agenciamentos liberais responsáveis por produzir diferentes processos de subjetivação. Finalmente, a perspectiva de que a educação torna-se, com a emergência da arte liberal de governo um problema de natureza político, uma vez que a liberdade só pode ser compreendida como um processo de aperfeiçoamento, de empreendedorismo, de competitividade pelos quais os dispositivos econômicos devem ser continuamente introduzidos no cotidiano das escolas. Ou seja, eles devem fazer parte não somente da rotina ambiental desses espaços, mas também se inscreverem nos modos de vida sensivelmente marcados pela lógica do mercado. Mais do que nunca, a arte liberal de governo assujeita a educação dobrando-a perante a produção de uma governamentalidade corporativa e uma subjetivação prontamente relacionada ao jogo de interesse do mercado econômico, pois segundo Dias da Silva (2015), tais elementos compõem a performance da administração das subjetividades.

É nesse contexto que a arte liberal de governo enfatizará, no campo educacional todo um processo de busca permanente pela reinvenção das dinâmicas relacionadas ao papel da educação, não como instrumento de controle, de vigilância e de disciplinarização, mas sobretudo como um recurso responsável por intensificar as estratégias do que Veiga-Neto (2013) chama de sociedade de consumidores.

Por conta de tais condições é que o pensamento foucaultiano sobre uma história política da governamentalidade configura-se como uma experiência fundamental para pensarmos a crítica em torno dos processos de constituição das condutas no contexto da educação, fazendo com que consigamos rastrear, não somente, em toda a porosidade discursiva, mas também nas práticas de gerenciamentos estratégicos, os modos de subjetivação a partir dos quais a arte liberal de governo vincula-se aos dispositivos educacionais no cenário contemporâneo.

## **O ETHOS DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO CAPITALIZADA**

A educação neoliberal caracteriza-se como um modo de vida. Isto é, uma prática refletida de governo responsável por instigar, nos sujeitos a capitalização dos seus próprios processos de subjetivação, resultando na produção de fluxos molares. Esses fluxos se inscrevem no projeto nomeado por Saraiva e Lockmann (2019) como educacionalização. Isso significa que, no contexto do neoliberalismo, a educação não é mais uma propriedade nem do Estado, nem tampouco da Escola, uma vez que ela deve saturar todos os espaços e discussões a partir de um novo modelo de sociedade. Tal perspectiva se inscreve na constatação crítica de que

A escola que antigamente encontrava seu centro de gravidade não somente no valor profissional mas também no valor social, cultural e político do saber, valor que era interpretado, de resto, de maneira muito diferente segundo as correntes políticas e ideológicas, está orientada, pelas reformas em curso, para objetivos de competitividade que prevalecem na economia globalizada. (LAVAL, 2019, p. 13).

É na esteira desse debate que o neoliberalismo passa a inscrever na própria estrutura da educação os elementos de uma governamentalidade pedagógica responsável por intensificar as estratégias de empresariamento da educação e, neste sentido, a escola torna-se um espelho das nomenclaturas comumente associadas aos panoramas do sistema financeiro. Passam a fazer parte da rotina de educadoras e educadores os indicativos, ou melhor, os fluxos de gestão, a criação de índices de produtividade, a flexibilização acentuada dos programas curriculares e a mercantilização das próprias relações humanas em que o apreender torna-se sinônimo de empreender. Segundo Costa (2009), tal modelo de prática refletida de governo acaba por tensionar os efeitos de uma permanente e sistemática cultura do empreendedorismo como condição, por excelência do papel da educação.

Encontramos, a partir das provocações lançadas por Foucault (2012) em *Nascimento da Biopolítica* algumas pistas da estruturação dessa racionalidade neoliberal e sua correlação com a educação. Ao situar o *apriori histórico* do neoliberalismo estadunidense Foucault (2012), menciona o papel, ao mesmo tempo, político e epistemológico dos estudos desenvolvidos – ainda nas primeiras metade do século XX – pela Escola de Chicago. No que se refere ao papel político, os economistas da Escola de Chicago foram responsáveis por criticarem duramente o plano de reestruturação da Europa no Pós-Guerra. Já no plano epistemológico, estes mesmos economistas opuseram-se veementemente contra o keynesianismo e as constantes intervenções, parte do que, *grosso modo*, chamamos aqui de capitalismo de Estado.

É neste cenário, que o neoliberalismo estadunidense torna-se o grande modelo global, sobretudo a partir da década de 1970, no sentido de operar o ordenamento das políticas públicas responsáveis por refletir não somente a minimização do papel do Estado na vida civil, mas também operar nas próprias instituições um conjunto de experiências ligadas à formação de um traço preponderante que coloca a orientação e sistematização do mercado financeiro como regulador das práticas sociais, dos processos de subjetivação e dos projetos de vida dos indivíduos. Mais do que ideias, o neoliberalismo estadunidense, produz subjetivações ligadas aos contornos do mercado financeiro.

No contexto da educação, o ápice dessa perspectiva neoliberal, foi a criação e, mais tarde, a difusão da teoria do capital humano como dispositivo de governança estratégica desenvolvido por muitos países ocidentais, sobretudo a partir dos anos 1980. Este acontecimento pode ser resumido ao olharmos atentamente as palavras de Foucault

O interesse, creio, dessa teoria do capital humano está no seguinte: é que essa teoria representa dois processos, um que poderíamos chamar de incursão de análise econômica num campo até então inexplorado e, segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era considerado, não-econômico (FOUCAULT, 2012, p. 303).

É justamente esse *não-econômico* do qual fala Foucault (2012) que nos interessa, pois segundo ele o capital humano designa um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que favorecem a realização do trabalho, de modo a produzir o valor econômico no

cotidiano das práticas sociais. Portanto, o capital humano é muito mais do que uma teoria, pois ele busca se inscrever no constante processo de aperfeiçoamento das competências dos sujeitos. Ou seja, o capital humano operacionaliza o desdobramento do trabalhador-máquina, para o indivíduo empresário de si mesmo responsável por subjetivar-se buscando obter os mesmos rendimentos - no plano dos seus desejos - de uma empresa. Conseqüentemente podemos nos perguntar: qual o valor do capital humano para o contexto da educação?

A exigência de uma resposta minimamente satisfatória, nos leva a perceber que em primeiro lugar, esse modelo de governamentalidade acaba por inserir nas políticas educacionais a economia como um modo de verificação. Klaus, Hattge e Lockmann (2015), sugerem que tais práticas podem ser compreendidas a partir da sistematização permanente de um gerenciamento administrativo das condutas dos sujeitos da educação. Em segundo lugar, o capital humano promove a torção dos fundamentos epistemológicos da economia de mercado, para o contexto educacional. Finalmente, o capital humano produz a formatação de uma experiência de subjetivação educacional, em que o estudante deve reconhecer-se como um protagonista e defensor dos interesses do capital. Ou seja, ao invés de se estudar para adquirir autonomia e criticidade, o estudante deve, desde cedo apreender a operar na sua própria existência a lógica do sistema financeiro, modulando-se, do ponto de vista subjetivo, às engrenagens dos dispositivos neoliberais de controle.

Ainda sobre as conseqüências do capital humano para a educação, há que se mencionar o fato de que o neoliberalismo estadunidense promove uma estratégia de desconstrução da relação entre capital e trabalho aperfeiçoando o dispositivo de controle a partir de uma nova dinâmica entre capital e renda. Ou seja, o neoliberalismo destitui o papel da *mais-valia* como condição de exploração e, portanto de revolta, para intensificar o enunciado de que o sujeito, desde os seus primeiros anos no sistema escolar pode, com muita disciplina vir a tornar-se um investidor, um rentista, um operador do sistema financeiro. Segundo Lazzarato (2017, p. 14) “As políticas sociais, pelo contrário, instalam por toda a parte um “mínimo” (um salário mínimo, um rendimento mínimo e serviços mínimos), a fim de obrigar o empreendedor de si a se lançar na concorrência de todos contra todos”.

É nesse contexto que, no final do século passado a UNESCO desenvolveu dois relatórios nitidamente inspirados na racionalidade neoliberal da Escola de Chicago. O primeiro documento, datado de 1971, operacionalizava as possíveis performances do que aquela instituição chamava de efeito correlativo entre uma cidade educativa e, uma educação permanente. Já o segundo documento organizado por Delors nos anos 90, procurava fundamentar os quatro pilares da educação para o século XXI, sendo eles: a) Aprender a conhecer; b) Aprender a fazer; c) Aprender a viver com os outros e, d) Aprender a ser. Não é nossa intenção aprofundar uma exegese de cada um desses pilares, mas ilustrarmos como esses enunciados operam como regimes de governamentalidades responsáveis por fazer-nos perceber como, esses documentos explicitam as razões pelas quais, a partir da Escola de Chicago, a educação necessita ser vista como um processo permanente e portanto, não deve haver mais limites de espaço e de aplicação das suas diretrizes. Isto é, a educação neoliberal

possui a obrigação de ser aplicada como um contínuo processo de inovação, criatividade, respeito à concorrência e competitividade tipicamente voltados para o mercado econômico.

Contudo, segundo aponta Noguera-Ramirez (2011) é importante percebermos a correlação entre os efeitos da racionalidade neoliberal de governo e a educação não somente no campo das políticas públicas desenvolvidas desde a segunda metade do século XX, mas também os seus efeitos de dispersão e de assujeitamento nos processos de subjetivação. Essa constatação implica no fato de que, a governamentalidade neoliberal, deve ser compreendida como um diagrama, uma fruição entre a economia, a cultura, a história, a política e as subjetividades. Todas essas forças chocam-se constantemente umas com as outras na intensificação de experiências que ligam o problema do governo de si, dos outros e da própria biopolítica. Em outras palavras, o que pretendemos sugerir é que, para além de uma perspectiva estrutural, o problema da governamentalidade neoliberal na educação pode também ser analisado a partir dos processos de subjetivação, já que esses processos consistem na produção de uma curvatura ética caracterizada, por sua vez, pelo momento no qual discursos e práticas refletem no próprio indivíduo os movimentos ondulatórios de uma forma-de-vida, isto é, uma maneira do sujeito relacionar-se consigo mesmo. Segundo Deleuze,

Essa derivação, esse deslocamento devem ser entendidos no sentido de que a *relação consigo* adquire independência. É como se as relações do lado de fora se dobrassem, se curvassem para formar um forro e deixar surgir uma relação consigo, constituir um lado de dentro que se encava e desenvolve segundo uma dimensão própria: a *enkrateia*, a relação consigo como domínio, “é um poder que se exerce sobre si mesmo *dentro* do poder que se exerce sobre os outros” (quem poderia pretender governar os outros se não governa a si próprio?) a ponto da relação consigo tornar-se “princípio de regulação interna” em relação aos poderes constituintes da política, da família, da eloquência e dos jogos, da própria virtude (DELEUZE, 2005, p. 107).

É neste cenário que a governamentalidade neoliberal pode ser compreendida também, a partir de um olhar direcionado para a subjetivação. Entretanto, é preciso que nos perguntemos: como se desdobram os diagramas do modelo neoliberal no contexto da educação? Essa pergunta passa pelo horizonte no qual se inscreve a problematização realizada por Foucault (2012) em torno da figura do *homo oeconomicus*. Tal figura para Foucault (2012) compreende a própria aplicabilidade do modelo neoliberal, cujo foco é um sujeito que se estetiza e constrói a sua experiência ética a partir dos regramentos provenientes do mercado econômico e dos sistemas financeiros.

A novidade apresentada por Foucault (2012) em torno dessa leitura consiste na tese de que o *homo oeconomicus* compreende o traço fundamental da estratégia de governo neoliberal, pois ele estabelece uma relação consigo mesmo que é da ordem de uma condução da sua vida tendo a economia como prática refletida de um governo ético. Isso significa que a conduta do *homo oeconomicus* é proveniente da grade de inteligibilidade econômica. Este percurso pode ser compreendido a partir de um duplo movimento: em primeiro lugar, a tese central de que a economia seria a chave para uma contextualização das maneira como o sujeito deve se relacionar e governar a si mesmo e aos outros. Já a segunda, reflete a

sistematização e a busca contínua pelo estabelecimento de um padrão cada vez mais eficaz em torno da conduta dos indivíduos vinculados a práticas de economia produzidas pelo senso utilitário do neoliberalismo.

Segundo Madruga e Henning (2019), com o *homo oeconomicus* estamos diante de uma experiência que vai além do significado e do dever das condutas. Estamos diante de um ethos que interpela o jogo de estímulos pelos quais o sujeito deve operar sua conduta, caso queira reconhecer-se enquanto indivíduo dentro do padrão do mercado econômico.

Neste sentido, se quisermos estabelecer uma crítica em relação à educação dentro do projeto de uma governamentalidade neoliberal, necessitamos perceber, segundo as orientações de Foucault (2012), quão relevante é o enfoque dado não somente pelos programas institucionais e das políticas públicas, mas também as sistemáticas modulações pelas quais as instituições de ensino, acabam por produzir agenciamentos relacionados aos aspectos afetivos dos seus estudantes. Como se essas instituições adotassem como critério fundamental, muito mais os aspectos modulares da constituição da subjetividade, do que propriamente o desenvolvimento de conteúdos programáticos e disciplinares. Mais do que uma educação preocupada em disciplinar, temos a configuração de uma experiência responsável por consagrar os elementos existenciais voltados para as dinâmicas do empreendedorismo e do empresariamento de si mesmo.

O elemento fundamental desse ethos pode ser associado ao que conhecemos como capitalismo cognitivo. Para Foucault (2012), o capitalismo cognitivo é o próprio desdobramento da prática refletida de governo do *homo oeconomicus*. Esta constatação compreende o fato de que, no contexto da educação, as emergências das tecnologias e dos dispositivos digitais acabam por impulsionar cada vez mais o desdobramento das instituições de ensino, cuja operatividade fabril – desde a emergência da sociedade disciplinar – são substituídas por zonas de intensidade e de criatividade, nas quais os estudantes são empreendedores e os professores são gestores de competências.

É nessa racionalidade ética que a educação passa a se inscrever no projeto de uma história política da governamentalidade, como um aparelho de captura, no sentido de modular as condutas de indivíduo, cuja própria existência deve ser capitalizada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pudemos perceber ao longo desse texto, as relações entre Michel Foucault, a educação e o neoliberalismo se inscrevem no interior do projeto de uma história política da governamentalidade. Isso significa que, além das dinâmicas econômicas e, por conseguinte, suas estratégias de exclusão, o neoliberalismo deve ser compreendido como uma prática refletida de governo cujos efeitos são sentidos pela produção de modos de subjetivação. Ou seja, o que a leitura foucaultiana acaba por indicar é que, correlativo a economia, o neoliberalismo perfila e agencia modos de vida regulados pelas dinâmicas do sistema financeiro.

No contexto da educação, esse cenário pode ser analisado a partir do diagnóstico de que, o neoliberalismo promove um desdobramento dos elementos disciplinares, para o atento gerenciamento e governança das performances estudantis, dos professores e das próprias instituições de ensino.

Neste sentido, desde o neoliberalismo, experimentamos movimentos ondulares nos fazeres educacionais, nos quais a disciplinarização dos corpos (FOUCAULT, 1987) é, cada vez mais criticável aos olhos de uma governamentalização das condutas. De acordo com Aquino (2015), a racionalidade neoliberal na educação confere à liberdade um papel central no cotidiano da educação. Entretanto, tal liberdade opera como recurso de governamentalidade a partir do empresariamento de si, como procedimento ético pelo qual a governança educacional coloca-se como estratégia direta para a fabricação de um *sujeito do desejo capitalístico* (ROLNIK, GUATTARI, 1988).

Deste modo, percebe-se que os contornos de uma arte neoliberal de governo impactam sobre os processos de subjetivação no contexto da educação. Este percurso pode acabar, por permitir com que consigamos rastrear, nos elementos desse regime de governo, não somente suas implicações econômicas e quantitativas, mas a presença de um modo de vida ligado a veridicção, ou como aponta Foucault (2009), a um regime de verdade no qual a constituição do sujeito passa, necessariamente, pelo assujeitamento aos dispositivos de governamentalização da vida.

O desafio colocado a partir desse diagnóstico, consiste em problematizarmos os elementos neoliberais, desde a sua inserção no cotidiano das instituições de ensino, como também, promovermos a aplicabilidade de procedimentos responsáveis pela crítica em torno dos modos de vida tipicamente neoliberais. Mais do que nunca, a experiência do pensamento foucaultiano acaba por nos indicar a construção de novos espaços para uma educação pertinente ao contexto de outros modos de subjetivação não tão duramente afetados pela governamentalidade neoliberal.

É nesse contexto que reside o problema de pensarmos a educação também, como uma questão de governamentalização, isto é, nos determos sobre os procedimentos tecnológicos de governo que são produzidos a partir das experiências em espaços formais e não formais de educação. Isso significa que, ao invés de nos determos nas habituais análises sobre a formação e organização da estrutura educacional, podemos a partir das sugestões levantadas por Foucault, encarar o desafio de sinalizar uma crítica aos modos pelos quais, desde a segunda metade do século passado, o neoliberalismo vem se consolidando como o estilo, por excelência da gestão de governo das condutas nos espaços educacionais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. A Pastoral do Silêncio: Michel Foucault e a dialética revelar e silenciar no discurso cristão. *Bagoas - Estudos Gays: gêneros e sexualidades*. N. 5 (6), p. 69-89, 2011.  
Disponível: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2328/1761>. Acesso em: 17/05/2021.

AQUINO, Julio Groppa. A Governamentalidade como Plataforma Analítica para os Estudos Educacionais. In: CASTELO BRANCO, Guilherme. VEIGA NETO, Alfredo (Orgs.). *Foucault: filosofia & política*. (pp.195-211). Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CARVALHO, Juliana Maria de Almeida. Poder no Mercantilismo e no Neoliberalismo: uma introdução comparativa sob a luz da intervenção estatal. *Revista de Geopolítica*. V. 2, N. 1, p. 137-145, 2011.

Disponível:

<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/27/27#>

Acesso em: 18/05/2021.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense: 2005.

DIAS da SILVA. Educação, Governamentalidade e Neoliberalismo: contribuições foucaultianas para o estudo das políticas de currículo. *Educação e Filosofia*. V. 29, N. 57, p. 199 – 223.

Disponível:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducaoFilosofia/article/view/22731/17972>. Acesso:

20/05/2021.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. *Educação & Realidade*. V. 34, n. 2, p. 171-186. Disponível:

DOI: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v29n57a2015-p199a223>.

Acesso: 21/05/2021.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. (pp. 219-226). São Paulo: 34, 1992.

DUARTE, André. Foucault e a Governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado moderno. In: CASTELO BRANCO, Guilherme. VEIGA NETO, Alfredo (Orgs.). *Foucault: filosofia & política*. (pp.53-70). Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Governo de Si e dos Outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Omnes et Singulatim*: uma crítica da razão política. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber*. (pp.348-378). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

KLAUS, Viviane. HATTGE, Morgana Domênica. LOCKMANN, Kamila. Genealogia foucaultiana e políticas educacionais: possibilidades analíticas. *Perspectiva*, V. 33, n. 2, p. 665 - 687, maio/ago. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2015v33n2p665>.

Acesso: 21/05/2021.

LAVAL, Christian. *A Escola Não é Uma Empresa*. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.

GALLO, Silvio. Biopolítica e Subjetividade: resistência? *Educar em Revista*. n. 66, p. 77-94, 2017, p.86. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/er/n66/0104-4060-er-66-77.pdf>. Acesso: 20/05/2021.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. GALINDO, Dolores. NASCIMENTO, Maria Livia. Considerações Sobre o Empresariamento da Vida. *Barbarói*. n. 46, p. 06-21, 2016. Disponível: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/5564/5992>. Acesso: 28/08/2021.

MADRUGA, Elisângela Barbosa. HENNING, Paula Corrêa. A aprendizagem em tempos de Homo oeconomicus cyber. *Revista Diálogo Educacional*, V. 19, n. 63, p. 1616-1637, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.7213/1981-416X.19.063.AO03>. Acesso em: 24/05/2021.

NOGUERA-RAMIREZ, Carlos Ernesto. *Pedagogia e Governamentalidade: ou da modernidade como uma sociedade educativa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ROLNIK, Suely Belinha. GUATTARI, Félix. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SARAIVA, Karla. Lockmann, Kamila. O Molar, o Molecular e a Educacionalização do Social. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*. V. 16, n. 45, p. 215-246. Disponível: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/3746/47966821>. Acesso: 21/05/2021.

SENELLART, Michel. A Crítica da Razão Governamental em Michel Foucault. *Tempo Social*. V. 7, n. 1-2, p. 01-14, 1995. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/85117/88016>. Acesso em: 18/05/2021.

VEIGA NETO, Alfredo. Governamentalidades, Neoliberalismo e Educação. In: CASTELO BRANCO, Guilherme. VEIGA NETO, Alfredo (Orgs.). *Foucault: filosofia & política*. (pp.37-52). Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

## CARTA DE PUBLICAÇÃO NO PORTAL DE PRÉPRINTS DO SCIELO

Ao Comitê editorial da Educação em Revista

Declaro, em meu próprio nome e nos dos demais Autores que concordo com a publicação do artigo a ser submetido para apreciação na Educação em Revista intitulado “Michel Foucault, A Educação e o Neoliberalismo” de autoria de Rodrigo Diaz de Vivar y Soler, Rafael Araldi Vaz, Patrícia Tatiana Raasch, Lara Nadine Kanitz Packer e Miguel Alois Pitz E Silva no Portal de Preprints do SciELO Brasil (Biological Sciences | SciELO Preprints). Declaro, ainda que não existe qualquer tipo de conflito de interesse que desligetime a publicação. Declaro, por fim, que o referido artigo é original, sendo que o conteúdo não foi ou não está sendo considerado para publicação em outra Revista, quer seja no formato impresso e/ou eletrônico.

Blumenau, 31 de maio de 2021.



PROF. DR. RODRIGO DIAZ DE VIVAR Y SOLER

Blumenau, 31 de maio de 2021

Para: Editores da Educação em Revista UFMG – os ilustríssimos: Prof. Dr. Eucídio Pimenta Arruda, Profa. Dra. Mônica Yumi Jinzenji e Profa. Dra. Suzana dos Santos Gomes.

De: Rodrigo Diaz de Vivar y Soler

Assunto: Contribuição dos Autores e Declaração de inexistência de conflito de interesses e indicação de avaliadores

Prezada(os) editores da Educação em Revista. Venho por meio desse informar a seguir a contribuição dos autores para o manuscrito intitulado Michel Foucault, A Educação e o Neoliberalismo. Contudo, cumpre ressaltar que tal artigo é resultado de Projeto de iniciação científica coordenado pelo professor Rodrigo Diaz de Vivar y Soler entre novembro de 2020 a junho de 2012 (em vigência) pela FURB. Tal projeto foi contemplado por recursos provenientes da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, por meio do edital interno PIPE/artigo 170. A equipe do projeto é formada pelo Prof. Dr. Rodrigo Diaz de Vivar y Soler (coordenador), pela bolsista Lara Nadine Kanitz Packer e pelo bolsista Miguel Alois Pitz e Silva. Atuaram, na condição de colaboradores da pesquisa a mestrande Patricia Tatiana Raasch e o prof. Dr. Rafael Araldi Vaz. O título do projeto de pesquisa é: Educação, Neoliberalismo e Governamentalidade: ressonâncias foucaultianas e, encontra-se registrado no SIPEX FURB sob o número 422/2020.

Para a construção do artigo que, ora apresentamos foram atribuídos os seguintes papéis e responsabilidades aos autores: Rodrigo Diaz de Vivar y Soler (1) – Coordenadoria do manuscrito, produção ativa do primeiro e do segundo capítulo; Rafael Araldi Vaz (2) – Coordenadoria adjunta do manuscrito, cooperação na escrita do primeiro e do segundo capítulo; Patricia Tatiana Raasch (3) – Coleta de referências sobre as relações entre neoliberalismo e educação, revisão ortográfica e normatização do artigo conforme normas da revista. Lara Nadine Kanitz Packer (4) - Coleta de referências sobre as relações entre

neoliberalismo e educação, colaboração na escrita do abstract e do resumen. Miguel Alois Pitz e Silva (5) - Coleta de referências sobre as relações entre neoliberalismo e educação, colaboração na escrita do abstract e do resumen.

Declaro ainda que, este artigo não possui qualquer relação de conflito de interesse e, da mesma forma, não está sendo submetido a outro periódico respeitando as regras impostas pela revista quanto à exclusividade no processo de avaliação.

Cordialmente

A handwritten signature in black ink that reads "Rodrigo Soler". The signature is written in a cursive style with a large initial 'R'.

PROF. DR. RODRIGO DIAZ DE VIVAR Y SOLER

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores concordam que caso o manuscrito venha a ser aceito e postado no servidor SciELO Preprints, a retirada do mesmo se dará mediante retratação.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.